

5

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE GAIA

### SESSÃO REALIZADA NO DIA VINTE E OITO DE NOVEMBRO DE 2024

#### ATA NÚMERO SESENTA E UM

10 Aos vinte e oito dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e quatro, pelas vinte e uma horas e dez minutos, teve lugar uma Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, a qual decorreu no Auditório Manuel Menezes de Figueiredo, Rua General Torres nº 1141, presidida por Albino Pinto de Almeida. Constituíram ainda a Mesa, a 1ª Secretária, Maria Fernanda da Rocha Almeida de Morais e Sousa, e a 2ª Secretária, Dália Miranda Lopes Eira.-----

15 Estiveram presentes, para além dos mencionados, os seguintes deputados municipais: Agostinho Manuel Moreira de Sousa Santos, Andreia Maria Ferreira Teixeira, Carla Isabel Argueles Cáceres, Carlos José Pinto Vergueiro, Eduardo Miguel Sabino Guedes Barroco de Melo, Paulo Rebelo da Silva, Joaquim António Dias Tavares, Joaquim de Sousa Rocha, Mónica Alexandra da Silva Almeida, Rui Pedro Fernandes Teixeira, Alcino de Sousa Lopes, Alexandra Mónica Soares Amaro, Carlos Alberto Gonçalves Pinto, Cipriano Manuel Rodrigues  
20 Fonseca de Castro, Filinto Virgílio dos Ramos Lima, João Morais de Sousa, Joaquim César Ramos Rodrigues, Manuel Joaquim dos Santos Azevedo, Maria Adelina Gomes Guedes Pereira, Maria José Guerra Gamboa Campos, Ricardo Miguel da Costa Almeida, Serafim da Silva Teixeira, José Fernando Santos Almeida, Carla Maria Rodrigues Costa, Ivone Maria Oliveira de Sá Santos, Joaquim Moreira Barbosa, Luís Miguel Pereira Alves Nogueira, Jorge Miguel Félix Pinto Espanhol, João Emanuel de Gouveia Martins, Nelson de Jesus  
25 Martins da Silva, André Araújo Ferreira e Pedro Jorge Ribeiro de Castro Teixeira. -----

Faltaram, justificando a ausência sendo substituídos(as) pelo elemento disponível, os(as) seguintes deputados(as) municipais: Abel Filipe Dias Gonçalves, substituído por Maria Rosalina Freitas Fernandes de Oliveira Santos, Maria de Fátima Alves e Menezes de Figueiredo, substituída por Manuel Benjamim Leite Soares, Carlos Alberto Pinto Ribeiro, substituído por Jorge Filipe Gomes Pereira, Jaime da Silva Quintas,  
30 substituído por Vânia Maria Melo Rocha, Natália Maria Soares Gonçalves, substituída por Bruno Miguel Monteiro Vieira de Oliveira, Tiago Filipe da Costa Braga, substituído por João Pedro Ferreira Martins, Paulo José Melo Martins, substituído por Júlia Dorinda Lima Sampaio, Paula Albertina Oliveira Ferreira Baptista, substituída por Beatriz Castro Pinto, Jorge Manuel dos Santos Pereira, substituído por Alcides do Couto Pereira e Pedro Petiz de Castro Viana, substituído por Gonçalo António Nogueira de Sousa Pinto. -----

5 Faltaram, justificando a ausência, sendo substituído(a) nos termos da Lei pelo seu representante legal, os(as) seguintes Presidentes de Junta: Arménio José Pereira da Costa que justificou a falta, Filipe da Silva Lopes, substituído por Joaquim José Pereira da Silva, Manuel Paulo de Jesus Lopes, substituído por Mário Vicente Sousa Silva Reis. -----

10 Pelo Executivo Camarário, estiveram presentes o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor de Almeida Rodrigues e os Senhores(as) Vereadores (as): Paula Cristina Martins Carvalhal, Elísio Ferreira Pinto, Célia Maria Mendes Correia, Manuel de Oliveira Guedes e Rui Manuel Alves da Rocha Pereira. -----

Estiveram ausentes, a senhora Vice-Presidente Marina Raquel Lopes Mendes e os Senhores(as) Vereadores (as) José Guilherme Saraiva Oliveira Aguiar, Dário Soares Freitas da Silva, José Valentim Pinto Miranda e Isabel Maria Carvalho Correia de Sousa -----

15

**4.1. da Ordem de Trabalhos “Eleição de Candidato a novo Membro da Comissão Executiva Metropolitana do Porto”.**-----

20 **O Senhor Presidente da Mesa,** referiu que a Lei, para a Eleição em concreto, não incluía os senhores Presidentes de Junta de Freguesia, pelo que não seriam chamados a votar.-----

Seguidamente, o senhor Presidente procedeu à chamada dos deputados para a votação na lista única apresentada, denominada A. -----

Findo o escrutínio, anunciou os resultados da votação, que foram os seguintes, conforme documento que se anexa, **(vide anexo 1):** -----

25 **Votos a Favor: 17**-----

**Votos Contra: 0**-----

**Votos em Branco: 6**-----

**Votos Nulos: 0**-----

30 **Senhora Deputada Beatriz Castro Pinto (CDU)** apresentou um **Voto de Pesar** pelo falecimento Celeste Martins Caeiro, A conhecida como “A Celeste dos Cravos”, faleceu no passado dia 15 de novembro, conforme documento em anexo **(vide anexo 2).**-----

**Senhor Deputado André Araújo Ferreira (CDU)** apresentou um **Voto de Saudação**, “trabalhadores da Rede UNIR”, conforme documento em anexo **(vide anexo 3).**-----

5 **Senhor Deputado Gonçalo António Nogueira de Sousa Pinto (IL)** apresentou um **Voto de Recomendação** “suspensão imediata da cobrança das contraordenações das transgressões com pagamento de taxas de portagens”, conforme documento em anexo (**vide anexo 4**).-----

**Senhor Deputado João Emanuel de Gouveia Martins (BE)** apresentou um **Voto de Recomendação** “Semana Europeia da Mobilidade”, conforme documento em anexo (**vide anexo 5**). -----

10 **Senhor Deputado José Fernando Santos Almeida (PSD)** apresentou uma, **Proposta de Recomendação** “Criação do Prémio Internacional de Xadrez de Vila Nova de Gaia”, conforme documento em anexo (**vide anexo 6**).-----

**Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues** interveio respondendo ao senhor deputado João Martins, que nada tinha a ver com a dimensão política das propostas, mas queria apenas ajudar na reflexão que pudesse ser feita, com a Semana Europeia da Mobilidade. Explicou que pelo simples facto de a Câmara não ter aparecido com o seu logótipo, no presente ano, não deixou de evocar a Semana Europeia da Mobilidade. Essa tarefa tinha sido assumida pela Gaiurb, com dois eventos. A razão pela qual a Gaiurb assumiu foi porque era lá que estavam a tramitar os dois projetos em curso. Um deles ainda iria ter lugar no dia 3 de dezembro, se não lhe falhava a memória, exatamente porque a Semana Europeia da Mobilidade estava cingida àqueles cinco dias. Tentaram ser mais ousados. Uma evocação, que era uma conferência internacional do mais importante que existia, na área do planeamento urbano, para o ambiente e para a sustentabilidade.-Depois, no dia três, uma conferência sobre os novos caminhos da mobilidade, com a apresentação de um projeto piloto na área do teleférico, entendido enquanto o transporte público e não teleférico turístico. Era uma reorientação de recursos. Respondendo ao deputado da CDU afirmou que não queria discutir o documento, mas, apenas dizer que ainda acreditava nos acordos coletivos de trabalho. Ele acreditava e tinha pena que não houvesse mais “feirense” que cumprisse religiosamente os acordos coletivos de trabalho. Se o deputado dissesse que era pouco e deveria ser mais, também estava de acordo, mas dali a fazerem uma moção que valorizava uma luta específica, num lote específico da área metropolitana, contra uma empresa específica da área metropolitana, só porque queriam todos, parecia-lhe mal. Uma luta nacional seria o que faria sentido e não quando de repente, alguém se lembrava de fazer unilateralmente uma contestação a um acordo coletivo de trabalho. A Feirense, cumpria religiosamente o acordo coletivo de Trabalho. Quando o deputado dizia que os pobres dos motoristas ganhavam apenas 5 € e meio de subsídio de alimentação e que mereciam mais, o Presidente também concordava com isso, mas, e fazendo comparação com uma diretora municipal, em Vila Nova de Gaia ou em qualquer câmara do país, que era o topo dos topos, que ganhava 6 € de subsídio de alimentação, já não poderia estar de acordo. Um motorista da Feirense ganhava 5 € e meio. Era pouco, mas apesar de tudo, também teriam de fazer algumas comparações, para evitar entrar num debate de que, pontualmente alguém subia, passava acima de toda a gente e de repente aquilo desregulava tudo. Para provar o que dizia mostrou algumas folhas de vencimento

5 líquido, dos motoristas e escolhidas aleatoriamente. Honestamente achava bem que a Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia estivesse solidária com os trabalhadores que, lutavam pelos seus benefícios, mas no caso concreto tinham um salário, em alguns casos, que era o dobro do salário de um trabalhador municipal. Falando na sua instalação obviamente, que eles alugavam um apartamento e metiam lá três motoristas, que em alguns casos não se conheciam de lado nenhum e como cada motorista gostaria da sua privacidade, diziam estar em más condições. Talvez se a Feirense não tivesse feito nada disso e os tivesse deixado à lógica do mercado, talvez eles tivessem encontrado um apartamento a 200 € e com condições segundo eles. Concluiu dizendo que faziam demagogia e aproveitamento político à custa dos motoristas da Feirense porque os factos foram apresentados. -----

15 **O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia submeteu a votação o Voto de Saudação**, apresentado pelo Grupo Municipal da CDU, “trabalhadores da Rede UNIR”. -----

**Votação: Rejeitado por Maioria, com 41 votos a contra (19 do PS, 14 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 05 do PSD, 02 do CDS-PP e 01 do PAN), 02 votos a favor da CDU e 04 abstenções (02 do BE, 01 do CH e 01 da IL).**-----

20 **O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia submeteu a votação o Voto de Recomendação**, apresentado pelo Grupo Municipal da IL, “suspensão imediata da cobrança das contraordenações das transgressões com pagamento de taxas de portagens”. -----

**Votação: Aprovado por Maioria, com 45 votos a favor (19 do PS, 14 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 05 do PSD, 02 do CDS-PP, 02 do BE, 01 do CH, 01 do PAN e 01 da IL) e 02 abstenções da CDU.**-----

25 **O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia submeteu a votação o Voto de Recomendação**, apresentado pelo Grupo Municipal do BE, “Semana Europeia da Mobilidade”.-----

**Votação: Aprovado por Unanimidade.** -----

**O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia submeteu a votação a Proposta de Recomendação**, apresentado pelo Grupo Municipal do PSD, “Criação do Prémio Internacional de Xadrez de Vila Nova de Gaia”.-----

**Votação: Aprovado por Unanimidade.** -----

**O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia submeteu a votação o Voto de Pesar**, apresentado pelo Grupo Municipal da CDU, “pelo falecimento Celeste Martins Caeiro, A conhecida como “A Celeste dos Cravos””. ---

35 **Votação: Aprovado por Unanimidade** -----

5 **O Senhor Presidente da Mesa** procedeu ao minuto de silêncio pelo falecimento de Celeste Martins Caeiro. -

**Senhor Deputado Pedro Jorge Ribeiro de Castro Teixeira (PAN)** apresentou uma Declaração política “sobre o 25 de novembro de 1975”, tendo começado por lembrar e honrar a memória de Celeste Caeiro, a mulher que fez de abril a Revolução dos Cravos e que desapareceu recentemente. O PAN, sempre defendeu que era no 25 de Abril que deveria caber a celebração de todos os momentos marcantes da revolução, das suas conquistas como um todo e em toda a sua complexidade, incluindo o dia 25 de novembro de 75, em que o país seguiu definitivamente a via da democracia pluralista, conforme documento em anexo (**vide anexo 7**).

10 **Senhor Deputado José Fernando Santos Almeida (PSD)** colocou duas perguntas ao senhor Presidente da Câmara. A primeira que havia cerca de dois anos, que na Junta de Freguesia de Arcozelo, tinha sido apresentado um plano de melhoramento e de arranjo, na Avenida Vasco da Gama e circundantes, das transversais, inclusivamente tinham falado de tratamento de água pluvial e do arranjo da zona, gostaria de saber qual o ponto da situação. Uma outra questão, era que na estrada Gaia Espinho, entre Vilar do Paraíso e Espinho, nomeadamente naquela zona, o piso estava muito degradado. Também pelo facto de que no período da manhã, de mais tráfego e ao final da tarde, havia camiões que se cruzavam com autocarros e os carros ficavam a formar filas à espera de que aquilo se resolvesse e pelos vistos, era muito frequente. Uma das questões que lhe tinham colocado, se para determinado tipo de transportes de pesados, seria possível em determinadas horas proibir a sua circulação ou condicionar. Gostaria de saber se a Câmara tinha algum projeto relativamente a isso.-----

15 **Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues** respondeu, que no caso da Avenida Vasco da Gama, tinham um acordo. A apresentação tinha sido feita com um estudo prévio do município, um acordo com o IP, na sequência da reabilitação da Linha do Norte, a Câmara assumia o que o IP não assumia, que foi fazer um pouco o trabalho de reabilitação das zonas circundantes, reabilitando e melhorando a qualidade ambiental e a qualidade infraestrutural de toda aquela zona. A obra do empenho ainda não tinha sido entregue, mas tinha tido reuniões e a estavam a trabalhar com o IP, para apresentarem uma solução semifinal para poderem lançar a concurso e fazer a obra. Aquela não era uma obra que pudesse ser feita por administração direta e também tinha de ser negociada, porque se a câmara se atirasse a fazer tudo, o IP ainda lhes ofereceria um diploma e ficava contente. A Câmara reconhecia que eles tinham a responsabilidade de assumir uma quota-parte financeira e pagar pelos distúrbios que fizeram, não só na Avenida Vasco da Gama, mas também noutros sítios onde tinham a obrigação de tentar fechar o assunto. Só para terem uma noção de valores, naquele momento falavam de um estudo, que já não era apenas o estudo prévio, um estudo de intervenção na zona de Vasco da Gama, que chegava aos 2 milhões €. Portanto, achava que aquilo era o produto da reabilitação da Linha do Norte. Estava disponível para partirem a despesa a meio iria tentar negociar, o problema ali era um problema de cota de rua com as soleiras das portas. A questão da circulação dos pesados, os moradores o que queriam era os passeios, que iriam encurtar a largura da rua. Estávamos a

5 sofrer, nas ruas interiores e na A29, o efeito de uma decisão meramente voluntarista que foi o ter diminuído para 50% as portagens nas vias e o que aconteceu poder-se fazer Aveiro, Gaia, Aveiro, Porto por menos de 2 € num camião por cada viagem. Aí o patrão mandava desviar e teriam uma sobrecarga, por efeito de um erro. Construir passeios, que depois resolvia o problema do trânsito, porque construindo passeios afunila a estrada, afunilando a estrada acabava. Atualmente, na maior parte do asfalto, existia uma guia e paralelo à calçada portuguesa ou empedrado da guia para dentro. E a cota da estrada está ao nível da soleira da porta. Estavam a falar de milhões, mas no dia em que tivesse dinheiro para fazer aquela obra, faria. Não teria problema nenhum em retirar de lá os pesados para fora. Agora, nesse dia em que os pesados saíssem, criariam um conflito e um novo problema que decorreria de uma má decisão que a nível nacional foi tomada, sem ouvir as populações ou, pelo menos, sem ouvir os autarcas. -----

15

**4.2. da Ordem de Trabalhos “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Proposta de Alterações ao Plano de Oferta para o Modo Rodoviário para o ano 2025”.** -----

20 **Senhor Deputado Alcides do Couto Pereira (CH)** relativamente ao ponto e antes de votar, quis saber se a Câmara tinha alguma entidade que fiscalizasse as paragens dos autocarros, quem o fazia e quem colocava o sinal nas paragens. O autocarro 9015, do Jardim do morro à Afurada, havia mais dias a falhar que a cumprir. É claro que não era com o STCP. -----

25 **Senhor Deputado Gonçalo António Nogueira de Sousa Pinto (IL)** disse destacar alguns pontos relativamente aquela matéria, nomeadamente o facto que a alteração muito cirúrgica, do Plano Rodoviário da STCP continuava a perpetuar um erro de criação e manutenção de linhas de autocarro, que era o desrespeito por aquilo que era o princípio da hierarquia de modos de transporte. A linha 995, com essa situação e com essa alteração, iria continuar a utilizar a Avenida da República, à semelhança de outras carreiras da STCP. Se esse canal já estava saturado de transportes públicos, o Metro do Porto. Tínhamos 12 eventos por hora do Metro do Porto, que equivalia a uma capacidade de 5400 passageiros por hora com tendência a aumentar. Estavam perante a artéria com mais trânsito do concelho de Vila Nova de Gaia e naturalmente que prejudicava os tempos médios de viagem. Deu exemplos de carreiras que poderiam utilizar a Avenida Dom João II e passar inclusive junto à Escola Marques dos Santos, que era como a zona envolvente, um ponto gerador de tráfego. Também a Avenida Dom João Segundo, desde a sua inauguração, há já alguns anos, não teve nunca um serviço STCP que a servisse ainda que possuísse as baías de acostagem de autocarros nas paragens. Assim, 30 em vez de seguir o princípio da hierarquia de transportes que se tentava promover o rebatimento de transportes de menor capacidade, como era o caso autocarros em transportes de maior capacidade, como era o caso do metro ou caso do comboio. Continuavam a ter linhas de autocarro, 900 e 905, juntando-se o

5 913 ao 904. Em paralelo, o Metro do Porto, na Rua da República. Em vez de fazer o rebatimento numa das estações da avenida, por exemplo, General Torres ou Dom João II, e providenciar serviço TP de alta qualidade em zonas ainda deficitárias de Vila Nova de Gaia, como era o caso da Avenida e de toda a zona envolvente Oliveira do Douro -----

**Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues** esclareceu os senhores deputados, e  
10 começando por Alcides Couto lamentou o facto de serem acusados quando as coisas corriam mal, também era preciso que percebessem quais os contextos das decisões, e a questão que o deputado colocava era a questão central de toda a rede de transportes, a fiscalização. No passado não havia fiscalização, o que havia da parte do IMTT, e só quando passavam a renovação das concessões, de cinco em cinco anos, é que nessa altura verificavam se tinham muitas reclamações. Quando a lei obrigou ao lançamento dos concursos  
15 públicos, nas áreas metropolitanas e nas cidades, uma das primeiras propostas que na altura, o Presidente da Área Metropolitana sugeriu, foi a fiscalização. A Empresa Metropolitana de Transportes na área metropolitana, tinha zero fiscais. Repentinamente, o governo entendeu transferir para todas as áreas metropolitanas a temática dos transportes sem outras contrapartidas. Segundo o presidente da Câmara o que faria sentido, era como se fazia por toda a Europa, ter uma entidade metropolitana de Transportes que  
20 superintendesse e coordenasse o concurso que iria ser lançado. Quando o concurso fosse lançado, coordenasse toda a tramitação processual do concurso e, no fim, com base na receita decorrente do que estava estabelecido na lei, que era uma empresa metropolitana de transportes, assumia a fiscalização desde o primeiro dia. A sua proposta, na Área Metropolitana do Porto, tinha sido rejeitada, porque toda a gente sabia que para montar uma empresa metropolitana precisava pelo menos de um ano. Só o visto do Tribunal  
25 de Contas tinha demorado sete meses, não se estava a desresponsabilizar, mas queria dizer também que alguns dos males da Unir estiveram na forma como o processo tinha sido definido originalmente e não a forma que gostaria que tivesse sido. Para exemplificar referiu que em janeiro, já levavam um ano e dois meses de operação da UNIR, tiveram zero de fiscalizações. No fundo, apenas os autarcas reportavam à área metropolitana aquilo que corria mal enquanto não havia fiscais no quadro de pessoal. Finalizou reforçando  
30 que no momento eram os autarcas, os serviços municipais e os técnicos municipais que estavam no terreno.  
-----

**Não havendo mais nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.2.** -----

**Votação: Aprovado por Unanimidade.** -----

35

5 **4.3. da Ordem de Trabalhos** “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Proposta de Adesão à Rede Mayors for Peace”.-----

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o **Ponto 4.3.** -----

Votação: Aprovado por Unanimidade. -----

10

**4.4. da Ordem de Trabalhos** “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Procedimento Concursal para Constituição de Reserva de Recrutamento de trabalhadores em regime de Contrato em Funções Públicas por tempo indeterminado para a Carreira/Categoria de Assistente Técnico (Animador)”.-----

15 Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o **Ponto 4.4.** -----

Votação: Aprovado por Unanimidade. -----

20 **4.5. da Ordem de Trabalhos** “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Reserva de Recrutamento de trabalhadores em regime de Contrato em Funções Públicas a termo resolutivo incerto, para a Carreira/Categoria de Assistente Técnico, para o exercício de funções administrativas”. -----

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o **Ponto 4.5.** -----

Votação: Aprovado por Unanimidade. -----

25

**4.6 da Ordem de Trabalhos** “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Reserva de Recrutamento de trabalhadores em regime de Contrato em Funções Públicas por tempo indeterminado, para a Carreira/Categoria de Assistente Técnico, para o exercício de funções administrativas nas secretarias dos Agrupamentos de Escolas/Escolas não agrupadas” -----

30 Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o **Ponto 4.6.** -----

Votação: Aprovado por Unanimidade. -----



5 **4.7. da Ordem de Trabalhos** “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Reformulação do Nó de Santo Ovídeo – Aprovação de novos Encargos Plurianuais, nos seguintes termos:

Até ao final de 2024 – € 2.064.602,79 (dois milhões e sessenta e quatro mil, seiscentos e dois euros e setenta e nove cêntimos) + IVA (proposta do valor global de trabalhos a executar); -----

•Ano 2025 - € 150.000,00 (cento e cinquenta mil euros) + IVA”. -----

10 Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o **Ponto 4.7.** -----

**Votação: Aprovado por Unanimidade.** -----

15 **4.8. da Ordem de Trabalhos** “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Conceção, Construção do Centro de Saúde de Grijó – Aprovação de Repartição de Encargos Plurianuais, em cumprimento do art.º 22.º do DL 197/99 de 08 de junho, repristinado pela Resolução da AR n.º 86/2011 de 11 de abril, nos seguintes termos: -----

**Rubrica 2023 | I | 12 – Centro de Saúde de Grijó** -----

•Ano 2025 – € 600.000,00 + IVA = € 636.000,00 (seiscentos e trinta e seis mil euros); -----

20 •Ano 2026 - € 1.400.000,00 + IVA = € 1.484.000,00 (um milhão, quatrocentos e oitenta e quatro mil euros)”. -----

Senhor Presidente da União de Freguesias de Grijó e Sermonde, Joaquim César Ramos Rodrigues fez referência aos Pontos 4.8 e 4.9 da ordem de trabalhos, que davam expressão à concretização de dois projetos importantes para o desenvolvimento estrutural e social de Vila Nova de Gaia. Esses projetos representavam um investimento total de cerca de 4 milhões € até 2026, um valor que se traduzia numa verdadeira aposta no futuro e numa forma de assegurar que o crescimento em Gaia não fosse apenas quantitativo, mas igualmente qualitativo e sustentável. Destacava a importância da proposta relativa à Repartição de encargos plurianuais da construção do novo Centro de Saúde de Grijó. A situação das atuais instalações tinham gerado uma elevada rotatividade de profissionais de saúde. O novo Centro de Saúde Grijó não era apenas uma resposta a uma necessidade de melhoria das condições físicas e funcionais do equipamento, mas representava também a oportunidade de integrar novas valências. Quanto à proposta relativa às creches municipais, gostava de sublinhar a relevância da construção da Creche Municipal de Santo António em Grijó e da sua importância para aquela comunidade. A falta de oferta de cuidados infantis na União de Freguesias era uma preocupação crescente para muitas famílias. A educação infantil era fundamental para que o sucesso, a longo prazo, das crianças garantisse que tivessem acesso a uma educação de qualidade, desde os

5 primeiros anos de vida. Era sem dúvida, um dos maiores investimentos que poderiam fazer para o futuro. Além disso, a referida creche não seria apenas uma infraestrutura de apoio às famílias mas também gerador de emprego e de dinamismo económico. Destacou o impacto positivo que o projeto teria para a economia local e para a coesão social. A sua construção, financiada através de PRR, permitiria uma melhoria sustentável nas condições de vida da população e seria um reflexo do compromisso que tinham em melhorar os serviços que prestavam aos cidadãos. -----

10 **Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o 4.8.** -----

**Votação: Aprovado por Unanimidade.** -----

15 **4.9. da Ordem de Trabalhos “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Conceção, Construção da Creche Municipal de Sá, Arcozelo; Creche Municipal de Santo António, Grijó e Creche Municipal da Seara, Oliveira do Douro – Aprovação de Repartição de Encargos Plurianuais, em cumprimento do art.º 22.º do DL 197/99 de 08 de junho, repriminado pela Resolução da AR 86/2011 de 11 de abril, nos seguintes termos:** -----

20 **Lote 1 – Creche Municipal de Sá, Arcozelo – Rubrica 2023 | I | 43** -----

•Ano 2025 - € 1.137.500,00 + IVA = € 1.205.750,00 (um milhão, duzentos e cinco mil, setecentos e cinquenta euros); -----

•Ano 2026 - € 600.000,00 + IVA = € 636.000,00 (seiscentos e trinta e seis mil euros). -----

**Lote 1 – Creche Municipal de Santo António, Grijó – Rubrica 2023 | I | 44** -----

25 •Ano 2025 - € 1.137.500,00 + IVA = € 1.205.750,00 (um milhão, duzentos e cinco mil, setecentos e cinquenta euros); -----

•Ano 2026 - € 600.000,00 + IVA = € 636.000,00 (seiscentos e trinta e seis mil euros). -----

**Lote 2 – Creche Municipal da Seara, Oliveira do Douro – Rubrica 2023 | I | 45** -----

•Ano 2025 - € 950.000,00 + IVA = € 1.007.000,00 (um milhão e sete mil euros); -----

30 •Ano 2026 - € 550.000,00 + IVA = € 583.000,00 (quinhentos e oitenta e três mil euros)”, -----

**Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Oliveira do Douro, Filinto Virgílio dos Ramos Lima** fez referência ao ponto em discussão, dizendo que em Oliveira do Douro, iria nascer um novo e fundamental equipamento que, devido à sua localização estratégica, serviria mães, pais e as crianças, pelo menos de Oliveira do Douro

5 e Vilar de Andorinho. Realçou a visão estratégica e de futuro da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, na implementação do projeto que abrangia a primeira infância, altura em que o cérebro das crianças estava em atividade máxima, proporcionando-lhes experiências enriquecedoras com os seus pares, libertando assim os pais e encarregados de educação para uma vida profissional mais descansada, conforme documento em anexo (**vide anexo 9**).-----

10 **Não havendo mais nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.9.** -----

**Votação: Aprovado por Unanimidade.** -----

15 **4.10. da Ordem de Trabalhos “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Reposição das Condições de Segurança da via com reconstrução de muro na Rua do Esteiro, Freguesia de Avintes – Encargos para os anos seguintes, em cumprimento do art.º 22.º do DL 197/99 de 08 de junho, ripristinado pelo Resolução da AR 86/2011 de 11 de abril, o valor de € 122.534,01 (cento e vinte e dois mil, quinhentos e trinta e quatro euros e um cêntimo) acrescido de IVA à taxa legal em vigor”.** -----

20 **Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.10.** -----

**Votação: Aprovado por Unanimidade.** -----

25 **4.11. da Ordem de Trabalhos “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Prorrogação de Prazo de Contrato para Aquisição de Serviços de Apólices de Seguro – Lote 1 – Contrato n.º 359/2021, celebrado em 10 de dezembro de 2021 - Aprovação da Reprogramação Financeira relativa ao montante não pago ao Cocontratante, nos seguintes termos:** -----

**CPI 13-2021 – Seguros – Reprogramação Financeira** -----

**Ano 2024** -----

30 **•Rubrica 2012 | A | 8 – Acidentes de Trabalho - € 106.482,26 (cento e seis mil, quatrocentos e oitenta e dois euros e vinte e seis cêntimos);** -----

**•Rubrica 2012 | A | 1 – Não Acidentes de Trabalho - € 48.670,67 (quarenta e oito mil, seiscentos e setenta euros e sessenta e sete cêntimos).** -----

**Total para o ano 2024 - € 155.152,93 (cento e cinquenta e cinco mil, cento e cinquenta e dois euros e noventa e três cêntimos).** -----

5 **Ano 2025** -----

•Rubrica 2012 | A | 8 – Acidentes de Trabalho - € 290.635,81 (duzentos e noventa mil, seiscentos e trinta e cinco euros e oitenta e um cêntimos); -----

•Rubrica 2012 | A | 1 – Não Acidentes de Trabalho - € 144.850,31 (cento e quarenta e quatro mil, oitocentos e cinquenta euros e trinta e um cêntimos). -----

10 •Rubrica 2022 | A | 45 – Descentralização de Competência na Área da Educação – Seguros que Não de Acidentes de Trabalho - € 13.865,11 (treze mil, oitocentos e sessenta e cinco euros e onze cêntimos). -----

**Total para o ano 2025 - € 449.351,23 (quatrocentos e quarenta e nove mil, trezentos e cinquenta e um euros e vinte e três cêntimos)”. -----**

15 **Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.11.** -----

**Votação: Aprovado por Unanimidade.** -----

20 **4.12. da Ordem de Trabalhos “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Proposta de Contrato-Programa 2025 – Instrumentos de Gestão Previsional 2025, a Celebrar entre o Município de Vila Nova de Gaia e Águas de Gaia, EM, S.A.”.** -----

25 **Senhor Deputado, Alcides do Couto Pereira (CH)** questionou a Câmara de Gaia relativamente às taxas dos resíduos sólidos e água, que comparando com o Porto, pagavam mais. Se não poderiam reduzir as mesmas, não drasticamente, mas lentamente. Dando como exemplo disse que por três metros cúbicos em Gaia se pagavam 25€ e no Porto por quatro metros cúbicos, cerca de 10 €. Quando se fazia uma proposta, devia-se tomar isso em atenção e já que estávamos a entrar em 2025 seria oportuno. -----

30 **Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues** Concordava com o deputado mas pedia para salvaguardar várias coisas. A comparação entre o Porto e Gaia não era justa, porque no Porto não imputavam na fatura o valor dos resíduos sólidos e, portanto, daí a disparidade tão grande. A metodologia usada pelo executivo no cálculo dos resíduos sólidos, era assumir o valor dos resíduos sólidos em função da tarifa do consumo da água, mas achava que era uma proporcionalidade que tinha as suas injustiças. Portanto, era uma questão que teria de ser resolvida e que a Associação Nacional de Municípios vinha a resolver. Naquele momento estavam absolutamente a meio da tabela e, portanto, tentando um equilíbrio em 11 anos de gestão. Deu exemplo que em 11 anos, o valor do metro cúbico de água tinha subido três vezes e o executivo da Câmara conseguiu incorporar, não apenas o aumento do custo da água que compravam, que 35 as águas já compravam, mas também incorporar a taxa de inflação. Fez um alerta para o futuro que a ERSAR

5 tinha definido uma regra, que era que o valor do custo da aquisição teria de ser integralmente projetado na fatura ao cliente final. Portanto a Câmara, as Águas de Gaia compravam a água às águas do Douro e Paiva a x o metro cúbico. Em Gaia, e dando como exemplo, o caso das famílias numerosas e o caso das famílias monoparentais, em que a Câmara tinha uma majoração, por opção política, e diminuía o custo da água. Estavam a vender mais barato que aquilo que compravam. No dia em que municípios como Gaia, que tinham estado a acomodar os aumentos no seu orçamento, pagando a diferença através do contrato Programa com 10 as Águas de Gaia, deixar de o poder fazer, também não poderão fazer o desconto ou a majoração e passarão a imputar na fatura. -----

**Não havendo mais nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.12.** -----

15 **Votação: Aprovado por Maioria, com 40 votos a favor (19 do PS, 14 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 02 do CDS-PP, 02 do BE, 02 da CDU e 01 do PAN) e 07 abstenções (05 do PSD, 01 do CH e 01 da IL).** -----

**4.13. da Ordem de Trabalhos “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto às seguintes**

20 **Posturas Municipais:** -----

•**Postura Municipal de Trânsito na Rua da Gândara, Freguesia da Madalena;** -----

•**Postura Municipal de Trânsito na Rua de Silva Tapada, Freguesia de Oliveira do Douro;** -----

•**Postura Municipal de Trânsito na Rua do Agueiro, União de Freguesias de Mafamude e Vilar do Paraíso;**

25 •**Postura Municipal de Trânsito na Rua da Escola Preparatória, União de Freguesias de Sandim, Olival, Lever e Crestuma”.** -----

**Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 4.13.** -----

**Votação: Aprovado por Unanimidade.** -----

30 **4.14. da Ordem de Trabalhos “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto às seguintes Posturas Municipais de Trânsito:** -----

•**Postura Municipal de Trânsito na Via Jean Piaget, Freguesia de Canelas;** -----

•**Postura Municipal de Trânsito no acesso à Casa da Presidência pela Avenida da República, União de Freguesias de Mafamude e Vilar do Paraíso;** -----

5 •Postura Municipal de Trânsito na Rua de Escultor Fernandes de Sá, Freguesia de Oliveira do Douro; -----

•Postura Municipal de Trânsito na Rua Central de Lever, União de Freguesias de Sandim, Olival, Lever e Crestuma; -----

• Postura Municipal de Trânsito na Avenida Gago Coutinho, União de Freguesias de Gulpilhares e Valadares e Rua Egas Moniz, Freguesia de Arcozelo; -----

10 •Postura Municipal de Trânsito na Rua de Medeiros, União de Freguesias de Gulpilhares e Valadares; -----

•Postura Municipal de Trânsito na Rua da Capela, Freguesia de São Félix da Marinha; -----

•Postura Municipal de Trânsito na Rua do Balastro, Freguesia de Canelas; -----

•Postura Municipal de Trânsito na Rua do Carregal, Freguesia de Canelas”. -----

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o

15 Ponto 4.14. -----

Votação: Aprovado por Unanimidade. -----

**4.15. da Ordem de Trabalhos “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto ao Mapa de Pessoal para o ano 2025”.**-----

20

**Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues** disse que apesar de poder parecer não fazer sentido que ficasse internamente em ata, sempre que se tratasse do plano e orçamento ou do relatório e contas e, no fundo aquele mapa de pessoal era o mapa de pessoal para 2025 que estava ancorado no Plano e Orçamento. A Câmara tinha 2300 funcionários até há três anos, no momento tinha 3800 funcionários. Dali a 10 ou 15 anos, iriam verificar um salto de 1200 a 1500 funcionários em dois anos. E para que aquilo fosse devidamente contextualizado, para memória futura, disse que não tinham nenhuma avalanche de pessoal. Na Câmara entraram cerca de 1200 a 1300 pessoas, no âmbito do processo da descentralização, já eram funcionários públicos, do Ministério da Educação e do Ministério da Saúde e que passaram para os quadros da Câmara Municipal. Depois existia o diferencial, de menos de 300 pessoas, que foram entrando para substituir zonas consideradas sensíveis, nomeadamente os bombeiros, recentemente, a área dos engenheiros com uma entrada de 11. Mais tarde verificar-se-ia nos gráficos de década ou de mais que uma década, um pico, uma subida brutal de 2021 para 2022 e de 22 para 23, correspondendo a quase 1500 pessoas. Era todo o processo de descentralização que estava ali em causa, como aliás era fácil de ver nos pontos anteriores que aprovaram. Basicamente, eram bolsas de recrutamento para as escolas, e nada mais.

35

5 **Não havendo mais nenhum senhor deputado inscrito, A Assembleia Municipal tomou conhecimento do Ponto 4.15.** -----

**Votação: Aprovado por Maioria, com 38 votos a favor (19 do PS, 14 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 02 do BE, 02 da CDU e 01 do PAN) e 09 abstenções (05 do PSD, 02 do CDS-PP, 01 do CH e 01 da IL).** -----

10

**4.16. da Ordem de Trabalhos “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Fixação das Taxas de Derrama para o ano 2025”.** -----

**4.17. da Ordem de Trabalhos “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Fixação da Taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (I.M.I.) para o ano 2025”.** -----

15 **4.18. da Ordem de Trabalhos “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Participação Variável no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (I.R.S.) para o ano 2025”.** ---

**4.19. da Ordem de Trabalhos “Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (T.M.D.P.) para o ano 2025”.** -----

20 **Senhor Deputado, Gonçalo António Nogueira de Sousa Pinto, (IL)** afirmou que o IL não tinha muitos comentários a tecer sobre a derrama municipal. Estava em linha com os concelhos limítrofes do Porto e a uma taxa, que a nível de taxa geral parecia ser bastante vantajosa para atrair investimento, postos de trabalho e emprego para a cidade. Quanto ao IRS, agradecia e aplaudia aquilo que era a devolução de 2,5% da participação variável de IRS mas gostaria de ir mais longe. Entendiam a relutância da Câmara de Gaia em  
25 baixar a taxa de IMI porque se traduziria numa redução de receitas correntes de impostos diretos mas poder-se-ia utilizar o dispositivo legal previsto no nº5 do artigo 112 do Código do IMI, permitindo minorar a taxa aplicável por algumas freguesias do município por não possuírem o mesmo conjunto de valências e infraestruturas das freguesias pertencentes à malha urbana principal da cidade. Apontou algumas freguesias do Concelho. Quanto a MDP, a Taxa Municipal de Direitos de passagem, tendo em conta que Vila Nova de Gaia tinha 300.000 habitantes, seria um monopólio no que dizia respeito ao mercado da comunicação, pelo  
30 que poderia utilizar o seu poder negocial exacerbado para essa matéria e manter a taxa máxima de 25%.----

**Senhor Deputado Pedro Jorge Ribeiro de Castro Teixeira (PAN)** a sua intervenção prendeu-se com a fixação de taxas de derrama para o ano de 2025. Considerando que o PAN assumia, como princípio político, o não apoio fiscal às atividades económicas que não tivessem como foco a transição sustentável, e que de forma direta ou indireta atentassem contra a biosfera, os ecossistemas e o bem-estar animal, independentemente  
35 do seu volume de negócios e criação de emprego. Assim, o PAN, mantendo o seu sentido de voto em relação aos anos anteriores, iria votar contra o ponto, conforme documento em anexo (**vide anexo 10**).-----

5 **Senhor Deputado André Araújo Ferreira (CDU)** Relativamente á fiscalidade do município, a posição da CDU, tinha sido coerente ao longo do mandato e a posição do município também. Iria focar-se na questão do IMI e do IRS. Era público que a CDU sempre se tinha oposto à aplicação de taxa máxima do imposto que existiu no concelho, em que havia um elevado número de habitações próprias, adquiridas com esforço e recurso a endividamento bancário, por falta de uma adequada resposta à obrigação constitucional, de assegurar o direito a uma habitação condigna. O impacto que os empréstimos da habitação tinham em toda a situação económica que os trabalhadores atravessavam era enorme. Valorizavam e votavam favoravelmente a redução de 0,38 para 0,36 da taxa do IMI, não só pela redução em si, mas por se aproximar de 0,35 que apontavam desde o início do mandato. Referiu as observações que a CDU fez sobre aquele imposto no conjunto das opções do ano corrente para a fiscalidade, pelo que não iriam acompanhar a proposta.

10

15 Relativamente ao IRS, também era mais do mesmo quando pelo país todo, havia umas movimentações para aplaudir a devolução do IRS. Deram como exemplo, o caso do município em concreto, que 56% do valor total devolvido seria entregue apenas a 10% da população, a mais rica. Invocava-se como uma medida de apoio às classes médias, porém, como a maioria da população não paga IRS, nos casos do que pagam, a sua poupança será tanto maior quanto menos de classe média forem. A questão subjacente a tudo era achar que

20 essas classes médias que citavam para a devolução, que verdadeiramente precisavam desses investimentos, porque dependiam muitas das matérias do Estado social e do papel dos municípios e do papel do Estado, ao contrário daqueles que arrecadam mais com esta poupança que, em muitas dimensões, não dependem tanto do Estado social e da oferta da oferta pública, designadamente no ensino. O papel do Estado Social era a CDU e as forças que compõem a CDU terem um património ao longo de 50 anos de defesa do Estado Social, dos serviços públicos de investimento, serviços públicos para as classes médias. Era nesse combate que

25 estavam e nessa luta que continuavam. -----

**Senhor Deputado Luís Miguel Pereira Alves Nogueira (CDS-PP)** referiu que a discussão normalmente andava à volta das taxas e ouviram o deputado da CDU dizer que muitas vezes tiveram taxas máximas no município, mas a arrecadação não dependia da taxa. Dependia da base tributável e da taxa. Poderíamos ter taxas máximas e arrecadar 50 milhões, assim como no presente arrecadavam 104 milhões. O milagre das contas no verde do município não tiveram a ver com nenhum ato de gestão maravilhoso, digno de um Nobel da Economia, mas sim, ao aumento da arrecadação de impostos municipais, nomeadamente do IMI, nos últimos 12 anos. Fruto do aumento da população que veio viver para Gaia e após decorrer todo o período de isenção de IMI, na altura de sete anos, começou a pagar IMI em 2014 e 2015. Poderiam citar o exemplo da habitação municipal, que o senhor Presidente já tinha sido questionado pelo PSD para dizer quantas casas municipais fizeram desde 2013 até ao presente. Constava-se que foram feitas 38 casas em 12 anos face às 4000 que foram feitas nos 16 anos anteriores, onde não havia dinheiro, onde as receitas municipais eram metade das atuais, e investiram em força. Acabavam por fazer mais do que a esquerda falava. Passando para a análise

30

35



5 dos impostos afirmou que podiam ter taxas máximas e arrecadar 100 milhões ou 104 milhões por ano mas se verificassem que esse dinheiro era bem empregue estariam todos unidos para aprovarem os impostos municipais. Para além dos resultados líquidos positivos, que eram folgas orçamentais, lucro, não prejuízo, eles poderiam fazer mais em 2022. Traçavam um plano daquilo que consideravam razoável, face à folga orçamental que existia, e na altura diziam, quando a taxa de IMI estava em 0,38, que havia condições para  
10 baixar 0,2 ao ano e, no prazo de cinco anos aproximar-se-iam da taxa mínima, precavendo se houvesse acidentes Orçamentais, catástrofes nacionais. Ocasões de exceção que esse percurso pudesse ser interrompido até revertido mediante os interesses da Câmara e dos gaienses. Ficou satisfeito porque foram ouvidos, no ano passado houve uma redução, tal como tinham proposto do IMI de 0,02. No IRS foram para além do 1% como pediam e reduziram a 1,5%, na derrama mantiveram o que mostravam preocupação com  
15 os gaienses que claramente pagam mais impostos do que deviam. Finalizou dizendo que quem geria a autarquia é que tinha os números e as condições para definir uma política e um rumo, depois os gaienses julgariam esses atos. Achava que o executivo poderia ter ido um bocadinho mais longe, ter sido mais audacioso e devolver aos gaienses um pouco mais da exorbitância dos impostos que pagavam. Ainda discutiu a forma de pagamento de impostos e a sua proporcionalidade. Votariam contra.-----

20 **Senhora Deputada Carla Maria Rodrigues Costa (PSD)** disse que a sua intervenção se prendia com a derrama e com o IMI. A derrama era uma taxa que o Município fixava anualmente e estava diretamente relacionada com os lucros tributáveis das empresas com sede social no concelho. A sua taxa máxima era de 1,5%. A proposta que foi apresentada era igual à do ano transato, não indo ao encontro da proposta que o PSD tinha apresentado nos últimos anos. Assim, em alternativa, à proposta ali apresentada, o PSD, propunha, de acordo com o nº 1 e nº1 do artigo 18º da Lei nº73/2013, de 3 de setembro, que aprovou o regime financeiro das  
25 autarquias locais, fosse fixada noutros termos, conforme documento em anexo (**vide anexo 11**). Relativamente ao IMI, e de acordo com os dados oficiais, em 2024, 193 dos 208 concelhos adotaram a taxa mínima de IMI, a taxa de IMI praticada em Vila Nova de Gaia em 2024 era ainda superior àquela que foi fixada nos municípios do Porto e outros. Com o aumento do custo de vida e analisando as taxas praticadas pelos  
30 concelhos vizinhos, tornava-se difícil compreender porque era que a taxa de IMI em Vila Nova de Gaia permanecia tão elevada. Propunha que a Câmara Municipal de Gaia deliberasse reduzir a taxa para 2025, alterando a base da taxa atual de 0,36 para 0,30%, aplicável a prédios urbanos contemplados na alínea c do nº 1 do artigo 112 do Código do IMI, conforme documento em anexo (**vide anexo 12**).-----

**Senhora Deputada Ivone Maria Oliveira de Sá Santos (PSD)**relativamente à intervenção do senhor Deputado  
35 da CDU, disse que este, com um bocadinho de esforço, pediria ao senhor Presidente da Câmara para devolver os 2,5% ou três ou quatro ou até os 5% do IRS aos munícipes, mas desde que fosse para devolver o IRS dos munícipes que pagam IRS aos que não pagam. Referiu, também, que a intervenção da CDU (relativa aos trabalhadores da Rede UNIR) não deixa de ser um bocadinho falsa, pois, face aos ordenados que o senhor

5 Presidente disse que os motoristas ganhavam, em termos líquidos, €1.300 / €1.400, presumia  
corresponderem a ordenados brutos de cerca de €2.000 / €2.500, pelo que beneficiariam da devolução de  
2,5% de IRS, com a qual a CDU não concorda, e, assim, estar-se-ia a aumentar o ordenado desses mesmos  
motoristas. Disse, ainda, que a CDU não pode pedir só às empresas para aumentar os salários, tem também  
10 de pedir ao Estado para cobrar menos impostos. Concernente à participação variável no IRS para 2025, disse  
que, considerando as dificuldades económicas que assombravam muitas famílias gaienses, decorrentes,  
designadamente, do valor crescente das rendas que pagam pela habitação; que os gaienses não podem ter  
uma discriminação negativa em relação aos portugueses de outros Municípios; e dado que a fixação da  
participação variável no IRS proposta para 2025 se situa nos 2,5% (à semelhança de 2024), medida pela qual  
o PSD tinha pugnado desde 2017, o PSD iria votar favoravelmente a medida, conforme documento em anexo  
15 **(vide anexo 13)**.-----

**Senhor Deputado Carlos José Pinto Vergueiro (PS)** sobre os pontos em discussão e falando da derrama disse,  
que a derrama municipal era uma receita das autarquias locais, e incidia sobre o lucro tributável dos  
contribuintes, sujeitos e não isentos de imposto sobre o rendimento de pessoas coletivas, que exerciam a  
título principal, entre outros, mas que possuíam em Portugal um estabelecimento estável. A Câmara  
20 Municipal apresentava uma proposta nos termos que vinha sendo usual em exercícios anteriores. Era a  
fórmula encontrada para que as empresas sediadas em Vila Nova de Gaia devolvessem uma parte dos seus  
lucros respondendo assim às suas responsabilidades sociais. Tratava-se de uma proposta muito equilibrada  
e destacava na proposta a isenção do período concedido. Não vinculava nem limitava a liberdade de decisão  
a quem suceder ao atual ciclo autárquico. As propostas apresentadas contribuía para um orçamento que  
25 balizava um programa de ação, ambicioso e sustentável, e que servia os anseios da população conforme  
documento em anexo **(vide anexo 14)**.-----

**Senhora Deputada Carla Maria Rodrigues Costa (PSD)** lembrou, e segundo o seu pensamento, que a  
receita arrecadada de IMI e de IMT foi à custa das obras, das infraestruturas que foram construídas durante  
os mandatos em que o PSD esteve à frente do município. Lembrou a questão que não analisava a conjuntura  
30 habitacional, dessa altura onde havia uma crise na habitação, como agora. Havia crédito bonificado porque  
as pessoas não conseguiam comprar casa, as cooperativas tinham apoio do governo para fazer casas a custo  
controlado. Nessa altura não fazia sentido o município baixar uma taxa de IMI quando a verba era reduzida,  
não tinham o valor que têm hoje nem arrecadavam o mesmo. Por fim queria saber qual seria a verba que  
previam do IMI e IMT para 2025 em termos de receita. Teriam de certeza uma provisão positiva, dado o  
35 volume de construção que assistiam em todo o concelho, e que não era construção a custos controlados.---

**Senhor Deputado André Araújo Ferreira (CDU)** recusava debater a questão com a deputada porque o debate  
não era dele mas responderia aos deputados do PSD, porque estavam desde o início do mandato, a ver se  
entalavam o deputado da CDU. O PCP e a CDU queriam que mais pessoas pagassem IRS, porque significava

5 a subida dos rendimentos da população. O PCP, na Assembleia da República, de 15 de novembro de 2024,  
teve propostas para o desagravamento do IRS para os trabalhadores, inclusivamente os gaienses e de todo  
o país. Havia uma diferença entre esse desagravamento existir ali ou na Assembleia da República, que era a  
questão-chave da progressividade fiscal. Insistentemente têm feito propostas nesse sentido, de haver em  
sede de IRS um desagravamento daquilo que era a melhoria das condições dos trabalhadores, não  
10 confundindo isso com salário, mas havendo, do ponto de vista da fiscalidade sobre os rendimentos do  
trabalho, uma fiscalidade mais justa. Efetivamente, ao longo dos anos, em certas conjunturas políticas, foi  
possível fazer isso, noutras nem por isso. Como dizia uma presidente da Junta era olhar para Orçamento do  
Estado e ver o que estava lá. Respondendo diretamente á senhora deputada disse que uma coisa era o  
rendimento das famílias aumentar por via da progressividade fiscal, mantendo a progressividade fiscal outra  
15 e como o sr. Deputado do CDS acabou por anunciar, quando disse que também era um reбуçado para os  
mais ricos, acabava por, nas entrelinhas, se denunciar, porque era disso que falavam e admitia que o CDS o  
defendesse, contudo, acedeu a ter uma visão diferente do papel do Estado social, do papel da fiscalidade, do  
papel dos rendimentos dos trabalhadores e creio que daí a intervenção que sempre tiveram ao longo do  
mandato. Prendeu se com esse motivo, do debate do IRS e tido em termos da devolução dos rendimentos  
20 dos munícipes, que eram termos falsos que condenavam para futuro. Daí que achavam que deveria haver  
um desagravamento fiscal por via do IMI, pelo IRS na Assembleia da República, com responsabilidade e com  
a responsabilidade de quem estava ali na Assembleia Municipal a dizer, que por um lado se deveria  
desagravar o IMI, mas por outro, e não confundissem as questões, o tipo de posição e a coragem de  
determinado tipo de posições. Defender o não desagravar a não devolução do IRS. Era importante, uma  
25 postura de responsabilidade, uma postura justa para melhorar os rendimentos das famílias. -----

**Senhora Deputada Ivone Maria Oliveira de Sá Santos (PSD)** relativamente aquilo que o Deputado da CDU  
chamou de entalço à CDU, o PSD chamava discussão de ideias. A senhora Deputada do PSD disse saber  
que CDU estava habituada a dogmas, mas que no PSD não tinham dogmas, antes discutiam ideias.  
Relativamente às contas que a CDU fez na sua intervenção, a senhora Deputada do PSD acusou a CDU de na  
30 Assembleia Municipal não querer discutir a redução de impostos, mas de o fazer na Assembleia da República.  
A senhora Deputada do PSD, face à afirmação da CDU de que aqueles 2,5% de IRS que se devolviam aos  
Munícipes eram menos creches que se construíam, questionou a CDU se quando a CDU na Assembleia da  
República pedia redução de imposto, designadamente das taxas de IRS, também não eram menos estradas  
e menos hospitais que se construíam. A senhora Deputada do PSD disse ainda ao senhor deputado da CDU  
35 que, contrariamente ao que este havia dito, com fixação da participação variável no IRS nos 2,5% a  
progressividade do IRS manter-se-ia. -----

**Senhor Deputado Luís Miguel Pereira Alves Nogueira (CDS-PP)** pediu duas retificações porque não teria  
percebido uma passagem do Dr. Vergueiro quando fez a sua intervenção. Como tinha dito na sua intervenção,

- 5 normalmente focavam os debates sobre as taxas. A arrecadação não era só taxa, mas também tinha a ver com a base tributável. Portanto, não seria inconsciente ao ponto de propor uma redução de taxa, se isso implicasse uma redução brutal na arrecadação. Aumentariam os impostos. Os impostos municipais previstos para o ano, andavam nos 104 milhões as despesas, as despesas com pessoal, 87 milhões. Que no CDS ninguém era inconsciente ao ponto de pedir redução de taxa, só porque sim, se isso implicasse uma quebra
- 10 de receita, depois não conseguisse sustentar o funcionamento do município. Consideravam que a folga orçamental poderia ser um pouco mais ambiciosa, porque também queriam que a obra fosse feita. Reagindo ao deputado da CDU disse que o CDS era um partido liberal na arrecadação da receita e um partido social na distribuição não social, ou mais que alguns partidos de esquerda. Apesar das diferenças ideológicas que os separavam. Como diria o Rui Veloso, “...se calhar é mais aquilo que nos une do que aquilo que nos separa” -
- 15 **Senhor Deputado Carlos José Pinto Vergueiro (PS)** disse que o orçamento de 284 milhões € para um município como Vila Nova de Gaia era uma questão um bocadinho relevante. Ninguém poderia construir um orçamento sem ter a perceção de qual seria o impacto de cada taxa. E as taxas tinham duas coisas importantes, por isso frisavam que já reduziram a taxa sete vezes. E depois também tinha dito que não queria visitar diabos antigos, porque o diabo andava por ali. Mas a verdade era que reduzindo sete vezes disseram
- 20 desde o princípio que queriam fazer a desoneração fiscal. A desoneração fiscal foi feita na justa medida do que era possível fazer, porque era preciso construir um orçamento, um Orçamento que de facto correspondesse àquilo que eram os anseios, dos gaienses e dos compromissos do projeto com que foram eleitos. Queriam conseguir gerir o processo e colocar as contas no verde. Colocaram em campanha um lema muito claro que foi dizerem aos gaienses que eram capazes de colocar as contas no verde e fazer o que
- 25 fizeram, atendendo ao ponto de partida, que confiassem que iriam fazer mais e diferente. -----
- Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eduardo Vítor Rodrigues** dirigindo-se ao deputado do CDS, quando disse que a recuperação financeira da Câmara foi feita à custa do aumento da taxa do IMI, o volume de impostos cobrado de imposto cobrado em sede de IMI cobrado. Explicou que no último ano do mandato do ciclo autárquico anterior à cobrança líquida de IMI, foram 39,3 milhões €. Em 2023, dez anos depois, à
- 30 cobrança de IMI, foram 42,5%. Ou seja, em dez anos, a cobrança líquida de IMI passou de 39,3 para 42,5. 3 milhões €. Estavam a falar de IMI 39,3, que era a maior receita do município. Perguntou ao deputado se poderia dizer que a Câmara cobra mais de 2 milhões de taxa de taxa turística. Que por acaso foi graças à taxa turística, que as contas ficaram no verde da taxa turística. Em 2019. As contas ficaram no verde em 2018, 17 para 18. Em 2013, 39,3. Em 2023 42,5. Significava que em dez anos o município cresceu apenas 3 milhões.
- 35 Proporcionalmente, significava um crescimento irrisório para toda a evolução daqueles dez anos, reposição de carreiras da administração pública, inflação, aumento no custo de matérias-primas, no custo das empreitadas, etc., portanto, a primeira questão ficava absolutamente clara, que não havia nenhum pico de aumento de IMI. Um volume de gente a “entrar por aqui dentro...” que de repente fez aumentar o IMI e

5 enriqueceram a gestão, foi fácil pagar a dívida. O nível de investimento com o Gaia. Aprende + e o Gaia  
aprende mais +i; o cartão do idoso; os passes gratuitos; oferta dos livros era de manter e acrescentar a isso  
o cheque oferta de início de ano letivo, as bolsas da Universidade Júnior ou as viagens de finalistas dos  
10 quartos anos, as viagens de finalistas do 12.º ano, a gala dos finalistas e por aí fora. Em 2013, o volume de  
investimento foi 21,9 milhões, A Câmara investiu em 2023 - 38,4 milhões. Porque se subiram de 21 para 38,  
que era quase subir para o dobro ninguém viu nada. Não tinha sido graças ao aumento do IMI, muito menos  
da fiscalidade. Já tinha dito que em 2023 tinham 38,4 milhões de investimento e em 2013 tinham só 21,9  
milhões, mas que o número era falso. Porque em 2013 o deputado tinha nos 21 milhões o dinheiro  
efetivamente pago de investimento. Mais uma injeção de cerca de 10 milhões € que veio do Pael, foi dinheiro  
de um empréstimo que veio para pagar dívidas vencidas e, portanto, contabilizou em investimento em 2013,  
15 quando na verdade foi pagamento de investimento que não foi feito em 2013, mas foi pagamento de faturas,  
algumas das quais vinham de 2007 e só foram pagas em 2013. Referia-se, por exemplo, às obras do Parque  
da Lavandeira. Ou seja, se fossem rigorosos a decompor os números, teriam de comparar 38,4, não com 21,9,  
mas para aí com 12 ou 13, porque nesses 21,9 estava a pagar coisas, com uma maturidade de meia década,  
a que acresce uma outra coisa que se chama Juros de Mora, que também contou por acaso em capital bom.  
20 Do ponto de vista de IMI por ano, em termos de diferencial. Admitindo que tivessem 13 Milhões de euros a  
mais de IMI, na atual gestão do que tinham na anterior, 3 milhões foram só em investimento. Portanto,  
tinham evoluído de 21,9 para 38,4, não estavam a fazer a média dos orçamentos municipais, estavam a dar-  
lhes os dados do último, e maior orçamento municipal da gestão anterior. O milagre económico do Estado  
não existia e a economia não gerava milagres. O milagre económico não era dos 3 milhões a mais, era de  
25 2013 que a Câmara pagou 25 milhões € de empréstimos e de juros de mora, no Hospital de Gaia, totalmente  
reformulado, já investiram quase 4 milhões € em 16 anos. Nos centros de saúde, fizeram o de Vilar de  
Andorinho, da Madalena, Centro de Saúde dos Carvalhos, estava a ir para o Tribunal de Contas, o de Grijó,  
que tinham acabado de votar favoravelmente a repartição de encargos, mesmo que ele não o inaugurasse,  
o heliporto do Hospital Santos Silva, pagou 50% a Câmara. O Centro de Reabilitação do Norte estava nas  
30 mãos da Misericórdia, passou a integrar o Hospital de Gaia. O município pagou para fazer a incorporação e  
para fazer alguma da reabilitação do Pavilhão Central, que foi deixado fora da obra, Unidades de Cuidados  
Continuados contratualizadas. Continuou a elencar obra feita no atual mandato como o Centro Escolar  
Fernando Guedes, o Pavilhão de Avintes, a reabilitação integral da Escola de Valadares EB2/3; da Sophia de  
Mello Breyner EB2 /3; Costa Matos EB 2/3, a remoção do amianto nas escolas de 6 milhões, etc... Lembrou  
35 o esforço do município em ter nos contratos assinados, uma comparticipação financeira 30%.-----  
Tinham ainda a Escola Ciência Viva, o único município da região Norte do país a ter, pago pelo município de  
Gaia, financiavam os pequenos-almoços e os lanches gratuitos a 161000 crianças do concelho, conseguiram  
a selagem do aterro de Sermonde; a compra do terreno do Parque Biológico; o cercado de lincas ; o parque

5 das Autocaravanas; reabilitação Integral do Jardim do Morro; a aquisição do Parque de Santa Luzia ;  
requalificação integral do Parque de Ormond; reabilitação do Edifício Parque das Camélias; Requalificação  
integral do Jardim Jorge Reis; requalificação integral de todas as encostas do Douro até olival; passadiços do  
rio Douro: bacia de retenção do Rio Horto; parques infantis; aquisição das oficinas novas; aquisição do novo  
10 quartel da Polícia Municipal. Ainda a requalificação da zona do bairro da Serra do Pilar, para devolução das  
casas aos moradores; construção de raiz da Junta de Freguesia de Arcozelo; da Junta de Freguesia de Canelas;  
da Junta de Freguesia de Lever e construção do novo Auditório de Lever, inaugurado recentemente.  
Construção do auditório de Canelas etc. continuou a apontar obra feita arruamentos municipais, a  
integralidade da linha do Norte; obra do metro €. Denunciou o ser muito cómodo chegar ao ano de eleições  
e baixar os impostos, para ficar bem na fotografia, e depois de um dia para outro ter um buraco financeiro  
15 significativo. Como haveriam de pagar as creches, as escolas, os centros de saúde. De acordo com o relatório  
do Tribunal de Contas, executaram em média, nos últimos cinco anos, 85%. contra os 54% que eram  
executados. Os 13 milhões € não são saldo lucro, são verba que está alocada. Apesar de tudo, foi um tempo  
promissor para Gaia, um tempo em ganharam na disputa com outros. E mesmo quando se falava de peso  
político de uns e outros, era a primeira vez que um autarca de Gaia presidia à área metropolitana. De um  
20 projeto que tinha uma linha a passar por baixo da Avenida da República e fazia uma estação de metro de 400  
milhões € de TGV de 400 milhões €. Foi também peso político que se conquistou. Se todos concordassem,  
estava disponível para aceitar o IMI rural nas zonas rurais tal como a proposta do senhor deputado da  
Iniciativa Liberal. O deputado dizia que deveriam ter IMI majorado, reduzido nas zonas interiores, não afetava  
a Câmara pois a Câmara só recebe o IMI urbano está a dizer que vai ao IMI da respetiva freguesia, que em  
25 muitos casos é maioritariamente rural e retira a receita da Junta. O que o deputado podia lutar era por  
garantir que o IUC fosse pago no sítio onde o carro estava efetivamente em circulação e não no sítio da sede  
da LeasePlan. Mas a solução para aumentar a justiça fiscal não era, retirar o dinheiro às Juntas de Freguesia,  
era baixar a todos, à custa da melhor distribuição no território. Relativamente CDU achava que foram  
propostas e que a CDU fez uma intervenção política. Não contestava. Fizeram o que foi possível, fizeram em  
30 11 anos uma redução histórica. Achava curioso, que o PSD dissesse que era preciso reduzir a derrama, porque  
isso atraía empresas, quando nos 16 anos tinham a derrama sempre no máximo. Acrescentou que sempre  
isentou taxas para obras de empresas e reabilitação de empresas, etc. Sempre disseram que as taxas, as  
isenções de taxas em Gaia eram excessivas, quer no imobiliário, que também era uma forma de trazer  
pessoas que pagam IMI, quer na atividade económica. As isenções de taxas, que originalmente eram de 75%,  
35 atualmente a câmara aplica 25% e o PSD entendia que essas isenções não ajudavam nada à localização de  
empresas nem à localização de investimento. Estranhava de momento o PSD entender que na derrama já  
ajudavam as empresas.-----

5 Não havendo mais nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o **Ponto 4.16.** -----

Votação: Aprovado por Maioria, com 38 votos a favor (19 do PS, 14 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 02 do BE, 02 da CDU e 01 da IL) e 09 votos contra (05 do PSD, 02 do CDS-PP, 01 do CH e 01 do PAN). -----

10 Não havendo mais nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o **Ponto 4.17.** -----

Votação: Aprovado por Maioria, com 36 votos a favor (19 do PS, 14 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 02 do BE e 01 do PAN) 11 votos contra (05 do PSD, 02 do CDS-PP, 02 da CDU, 01 do CH e 01 da IL). -----

15 Não havendo mais nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o **Ponto 4.18.** -----

Votação: Aprovado por Maioria, com 42 votos a favor (19 do PS, 14 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 05 do PSD, 02 do BE, 01 do CH e 01 do PAN), 04 votos contra (02 do CDS-PP e 02 da CDU) e 01 abstenção da IL. -----

20 Não havendo mais nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o **Ponto 4.19.** -----

Votação: Aprovado por Maioria, com 43 votos a favor (19 do PS, 14 do Grupo Municipal dos Presidentes de Junta de Freguesia do PS, 05 do PSD, 02 do BE, 01 do CH, 01 do PAN e 01 da IL) 02 votos contra da CDU e 02 abstenções do CDS-PP. -----

25

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a minuta de ata que, após ter sido lida, foi **aprovada por Unanimidade**, conforme documento em anexo (**vide anexo 15**).-----

30 Nada mais havendo a tratar, foi a referida reunião dada por terminada, eram 01 horas e 29 minutos do dia vinte e nove de novembro do ano de dois mil e vinte e quatro, da qual foi lavrada a presente Ata, a qual, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pela Primeira Secretária da Mesa e pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal.-----

5

A Primeira Secretária

---

(Maria Fernanda da Rocha Almeida de Morais e Sousa)

10

O Presidente da Assembleia Municipal

---

(Albino Pinto de Almeida)

15